



Aspetos interdisciplinares e linguísticos na construção da identidade madeirense

Aline Bazenga

Universidade da Madeira / CLUL

aline.bazenga@staff.uma.pt

RESUMO

Este estudo propõe uma reflexão sobre a interface língual/identidade aplicada ao conceito de insularidade, enquanto espaço de fronteira, híbrido por natureza. Procura-se, numa perspetiva interdisciplinar, observar de que modo esta configuração poderia estar envolvida na memória coletiva e na vida social das sociedades insulares, contribuindo para a sua construção identitária, um processo também ele dinâmico de uma formulação do “eu” por contraste com o “outro”. Os usos linguísticos, enquanto práticas sociais, serão tomados como indicadores privilegiados neste processo, tendo por referência a ilha da Madeira e alguns fenómenos linguísticos da variedade nela falada do português europeu (PE) e tidos como salientes, quando comparados com outras variedades continentais do PE. As particularidades linguísticas regionais serão analisadas do ponto de vista do seu valor simbólico, enquanto índices madeirenses, ou de pertença a uma região.

Palavras-chave: **Sociedade Insular; Representações da insularidade; Formas indiciais de identidade (linguística) regional; Ilha da Madeira.**

ABSTRACT

This study proposes a reflection on the language/identity interface applied to the concept of insularity, as border space, hybrid by nature. Through an interdisciplinary perspective,

one seeks to observe how this configuration could be involved in the collective memory and social life of island societies, contributing to the construction of identity, a dynamic process of the formulation of the “I” in contrast with the “other”. Uses of language as social practices will be taken as key indicators in this process with reference to Madeira Island and some linguistic phenomena of the variety of European Portuguese (E.P.) spoken on this island that are regarded as salient when compared with other E.P. continental varieties. Regional linguistic features will be analyzed from the point of view of their symbolic value, as Madeiran indices, or belonging to a region.

Keywords: *Insular Society; Representations of the insularity; Indexical forms of regional (linguistic) identity; Madeira Island*

INTRODUÇÃO

A construção identitária assenta num processo de relação com o outro (tu, eles), uma relação complexa, face à presença desse outro e à sua diferença. Trata-se de um processo em movimento, constantemente renovado e inevitavelmente implicado numa interface com um alguém, distinto de um eu (Charaudeau, 2009). A língua que falamos define quem somos. Assim também, mas indiretamente, aquando das nossas interações com os outros. A representação do outro pode ser entendida, nesta perspetiva e de acordo com Coupland (2010), como um objeto percetual de natureza intergrupar, permanentemente renegociado, face à evolução, também ela permanente, dos contextos nas nossas interações.

As variedades linguísticas usadas pelos seus falantes podem marcar as suas identidades. Cada pessoa pertence a vários grupos sociais. Possui, assim, muitas identidades sociais - “professor”, “português”, “apoiente do Benfica”, etc. Cada um destes grupos revela a sua identidade na sua própria variedade de língua. Do mesmo modo, aquele que nasce numa determinada região procura fazer uso da sua variedade regional. Usar a sua variedade significa pertencer a este grupo e poder afirmar “Eu pertenço a X” e que esta relação seja reconhecida pelos outros membros do grupo. O que permite também dizer “Tu és um de nós, que pertencemos a X”. Um falante é capaz de escolher entre as diferentes versões/variantes linguísticas disponíveis, identificando-as como sendo as do seu próprio grupo ou como



pertencentes a outros grupos com os quais interage, sabendo que essas escolhas serão lidas pelos outros como marcadores de identidade. Estas podem criar ou reforçar a ligação entre grupos sociais (convergência) ou, pelo contrário, aumentar a distância social (divergência).

Por outro lado, se entendermos o signo, tal como o perspetivou Peirce - uma entidade mista (“mixed”), composto, em graus distintos, de marcadores de índice, de símbolo e de elementos emblemáticos - a relação entre a pronúncia ou outra forma linguística (léxico e sintaxe) e identidade poderá ser vista como sendo de tipo “indicial” ou “indicadora de” (Johnstone, 2010). Um índice é, então, um signo. Deve-se entender ou identificar o seu significado, no eixo da sua relação com a coocorrência de algo, tendo por base a experiência vivenciada pelo interpretante. E ouvir uma determinada forma falada poderá estar relacionado com um estilo particular e evocar uma determinada identidade social.

Plena de sentidos vários, a identidade da fronteira espacial numa ilha constrói-se em função de sua estrutura social funcional e de traços simbólicos memoriais. À ilha e à sua insularidade, enquanto objeto geográfico - ou “une forme géographique résultant d’une discontinuité physique majeure qui entraîne l’isolement par rapport aux grandes terres ou aux continents” (Bonnemaison, 1990: 124) – associa-se o conceito de *îléité*, ou a representação de uma visão de si construída pelos insulares, do seu espaço e daquele que se situa para além do contorno, da linha de fronteira natural. A insularidade pode ser também entendida como um fator que condiciona a formação de uma identidade de tipo nacional ou regional, como defende Vézina (2016), consoante o enquadramento histórico, sociopolítico e territorial. Ora, as sociedades insulares são particularmente marcadas, como observa Bonnemaison (1990: 124), pelo culto da individualidade: “L’intensité du lien social, l’enchantement des lieux, la culture de la différence, le culte du local”, constituem respostas à solidão e à “finitude” do seu espaço. Como afirma ainda Bonnemaison (1990: 123), de nada serve integrar as ilhas, pois “la différence est nécessaire à leur survie. La diaspora tout autant, car une bonne île est un lieu dont on sort facilement : chaque île a besoin de ses routes [...]”.

Para além de uma forma territorial, alguns espaços insulares podem também ser caracterizados por uma forma simbólica (traços culturais, mitos e histórias) – que as torna “região”. As representações simbólicas de uma região manifestam-se, tal

como observado por Paasi (2011), nas práticas sociais, das quais fazem parte as variedades linguísticas em uso pelos falantes. As regiões dialetológicas resultam do modo como as pessoas interagem nos limites impostos pelas instituições sociais e políticas. Significa reconhecer que o espaço não é apenas físico, mas também social, que as suas representações podem ser transformadas. Deste ponto de vista, as nossas ações e as daqueles que governam têm o potencial de provocar tanto a mudança como a prevalência de práticas do passado, dando origem a diversos padrões comportamentais dos indivíduos e comunidades, associados aos locais de existência, ou o *habitus* (Bourdieu, 1980, 1982, 1986), conceito definido como um sistema aberto, permanentemente confrontado com experiências novas e afetado por elas, por conseguinte, durável, mas não imutável, e no qual intervêm a linguagem e as suas representações.

A ilha da Madeira, enquanto pequeno espaço insular alojado no Atlântico, é um objeto situado, observável a partir de uma dupla perspetiva – a do território em si e a da sua relação com o mundo. Este duplo fenómeno constitui um rasgo da sua história. Manifesta-se pela dinâmica dos fluxos migratórios, no tempo, com a chegada de colonos, de escravos, comerciantes, cientistas e turistas, e a partida de ilhéus, construtores de diásporas insulares nos espaços que os acolheram. Destas múltiplas interações memoriais, surge uma comunidade insular complexa, nas quais se tecem *isolat* (isolamento, uno, singular) e expansão (pluralidade, diversidade), elementos que apelam a uma reflexão mais profunda, no âmbito da relação entre memória, identidade e território (Santos, 1993).

Neste artigo, procura-se observar a variedade falada do Português na Madeira, enquanto índice identitário desta região. Para tal, contribui a memória das experiências sociais, que se refletem em factos sociolinguísticos, atitudes e usos linguísticos, em linha com Labov (1972) e a sua investigação na ilha de Martha's Vineyard, em 1961. A abordagem da identidade considerada neste trabalho procura examinar o posicionamento social do eu e dos outros, fenómeno relacional e sociocultural, com contornos diferenciados, que emerge e circula nos discursos locais. Esta abordagem, deliberadamente ampla e aberta, cruzamento de língua, cultura e sociedade, faz convergir contribuições de vários domínios e reflexões oriundas tanto das ciências sociais como humanas.

Numa primeira parte, é feita uma apresentação sumária das reflexões mais



recentemente produzidas sobre o conceito de identidade madeirense, seguida de algumas reflexões sobre insularidade madeirense (de natureza geográfica, social, histórica, cultural), com ênfase nas situações de contacto linguístico-cultural. Em seguida, são referidos alguns traços linguísticos da variedade do Português (fonética, léxico e sintaxe) falado na Madeira, enquanto marcadores indiciais de uma identidade madeirense.

1. ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE MADEIRENSE

Na última década, a questão da identidade madeirense ganhou novo fôlego, sobretudo após a publicação, em 2008, das Actas do Congresso de Cultura Madeirense, realizado em 1990, organizado pela Associação de Universitários Madeirenses, com o título *Cultura madeirense – temas e problemas* e a coordenação de José Eduardo Franco.

CONTRIBUTOS RECENTES DE INVESTIGADORES DAS ÁREAS DA CULTURA, LITERATURA E HISTÓRIA

Num texto publicado em 2009, José Eduardo Franco sustenta que a configuração da identidade madeirense assenta, de modo a compensar a sua condição periférica e a ultrapassar a sua insularidade e pequenez territorial, num processo de mitificação de regionalidade, distinto do da nacionalidade. Para este autor, este processo recorre a três narrativas de diferenciação cultural: (i) a idealização das origens através da representação do espaço insular como paradisíaco; (ii) a exaltação do seu passado histórico glorioso, situado no século XV, através da sublimação do papel decisivo desempenhado pela ilha na expansão marítima, e a sua importância estratégica; e (iii) a visão épica da sociedade insular que, através do trabalho estoico, desbravou a ilha, transformando-a num jardim. O madeirense é, assim, glorificado pela virtude de ser um trabalhador excelente, um empreendedor que pode transformar o mundo e estas imagens de prestígio acompanham a diáspora madeirense. No entanto, esse processo conduz apenas a uma identidade regional, a um *habitus* insular, no qual a linha de fronteira é ela também um dispositivo dinâmico de proximidade e distanciamento com o todo nacional. Para ser considerado nacional, seria necessário pensar de forma independente e formular um destino universal,

como é o caso em Portugal com a sua dimensão teleológica, representada pelo Quinto Império. Na verdade, a idade de ouro da Madeira participa e coincide com a idade de ouro de Portugal.

Nesse mesmo ano, em 2009, Thierry P. dos Santos, ao procurar responder à questão da existência ou não de uma literatura madeirense, é levado a refletir sobre o conceito de identidade. Propõe uma outra designação, a “madeiridade”, (...), por analogia com “cabo-verdianidade” ou “açorianidade”, definindo-a como “um sentimento insular próprio dos madeirenses que os distingue dos demais. A consciência de viver numa periferia relativamente ao continente e a Lisboa, com um passado histórico que só a eles diz respeito” (Santos, 2009: 33) e que

no plano do imaginário, com a universal exemplaridade do seu sentido insular mítico, entre a presença e a ausência, entre a proximidade e a distância, consciente da forte atracção magnética insular. Além das especificidades civilizacionais e culturais, facilmente identificáveis, o contexto em que aquele que se diz madeirense evolui influencia o seu modo de ser e de ver o mundo (Santos, 2009: 33).

Paulo Miguel Rodrigues (2010) propõe a designação “madeirensidade”, como fazendo eco da “açorianidade” (Nemésio, 1932), desenvolvendo a hipótese de que nela se inclui a narrativa histórica de um permanente e complexo contraste entre a ilha / Portugal continental. Esta narrativa toma forma, já no século XVI, com o poema épico de *Insulana* de Manuel Tomás (1635), seguido de um outro poema épico, dois séculos mais tarde, construído à volta da referência ao descobridor da ilha, João Gonçalves Zarco, intitulado *Zargueida. Descobrimento da Ilha da Madeira. Poema Heroico* (1806) de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos (Correia, 2008). Este percurso prolonga-se pelo século XX, com a geração de ouro da intelectualidade insular (Alberto Artur Sarmiento, Luís Viera de Castro, Manuel Pestana Reis, Manuel Sardinha, Cabral do Nascimento, Ernesto Gonçalves, Horácio Bento de Gouveia, Pestana Júnior, entre outros), cujo contributo culmina com as primeiras edições, em 1921 e em 1940, do *Elucidário Madeirense*, de Fernando Augusto da Silva e de Carlos de Azevedo de Menezes, obra de referência na história sobre a Madeira. Do ponto de vista defendido pelo autor da gênese



histórica da “madeirensidade”, esta representação de si tem vindo a ser construída em sucessivas e complexas relações com o “outro”, marcadas pela singularidade da sua insularidade e das suas múltiplas possibilidades interrelacionais, às quais se junta o eixo ilha / Portugal continental, e na sua reinterpretação, após a transformação em região autónoma. A insularidade (a dimensão – pequena – da ilha) é vista como um fator determinante na formação de uma entidade autónoma e diferenciada de um ponto de vista identitário, pois criou condições favoráveis ao desenvolvimento de características individualizadas, pois

a insularidade, (a montante), e a ideia de autonomia (a jusante), sempre se revelaram fulcrais na tomada de consciência e na verbalização da Madeirensidade. Ou seja, resulta em grande medida da dimensão insular madeirense e, por outro lado, fomenta e sustenta a noção de autonomia” (Rodrigues, 2010: 210).

O conceito de “madeirensidade” - nome derivado do adjetivo madeirense – é também objeto de reflexão em Pinto-Correia (2014: 303), para quem o conceito “terá de ir mais além da Literatura ou das manifestações artísticas de carácter institucional, isto é, considerando-as sempre como mais “dignas” (a Poesia, a Prosa Narrativa, o género dramático, a Pintura, a Música, a Escultura “legitimadas” ou tidas como pertencentes a um cânon (...), adiantado ser fundamental ter em linha de conta os “elementos fornecidos pela Etnografia, pela Linguística Descritiva e pela Literatura Oral e Tradicional.”

Por fim, num texto apresentado em 2015, Cristina Trindade observa que a individualidade do ilhéu desde cedo se fez sentir e “que o correr do tempo mais não fez que acentuar os traços que a caracterizavam”. Alguns destes traços foram postos em evidência nos retratos elaborados por estrangeiros e nacionais ao longo do tempo, e que apontam para uma realidade bipolar da sociedade madeirense, como duas faces de uma mesma moeda, composta essencialmente por duas identidades sociais: a de “uma nobreza economicamente parasitária, socialmente arrogante, mas politicamente ativa”, e a de “um povo humilde e laborioso” ao seu serviço. Das visões do outro consultadas, a autora destaca ainda a observação do “hibridismo racial”, proveniente da presença de indivíduos de raça e religião distintas na ilha,

nos textos de Forster (1772-1775), por exemplo, que se refere a uma população cujo “cabelo negro cai naturalmente aos caracóis, começando a encarapinhar num ou noutro indivíduo, o que pode sugerir casamentos com negros” (Silva, 2008: 62), já patente nas descrições de Gaspar Frutuoso, no século XVI, no Livro II da sua obra *Saudades da Terra* (1586-1590), que observa a existência em Machico de “muitas mulatas, e muito bem tratadas e de ricas vozes, que é sinal da antiga nobreza de seus moradores, porque em todas as casas grandes e ricas há esta multiplicação dos que as servem” (Frutuoso, 2005: 41).

INSULARIDADE E CONTACTOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS

A insularidade, enquanto conceito, surge associada ao isolamento, quer físico, de descontinuidade entre a terra e o mar, como no caso dos espaços insulares, quer sociocultural, quando se refere aos grupos que se situam à margem, do ponto de vista económico, étnico ou de uma outra qualquer natureza categorial. No caso dos espaços insulares, o grau de isolamento é variável. Depende de vários fatores, nomeadamente, da maior ou menor superfície, das características dos seus habitantes (valores populacionais totais, distribuição espacial e social, em articulação com o eixo rural/urbano, entre outros) e da sua estrutura económica e estratégias de desenvolvimento (Gombaudo, 2007). A Ilha da Madeira, situada no oceano Atlântico, inscreve-se, de acordo com Taglioni (2006), na categoria de pequenas ilhas oceânicas. A sua densidade populacional é elevada e desequilibrada. Concentra-se significativamente no litoral sul, em particular no Funchal (40%), a capital. Neste mais importante núcleo populacional da ilha, a população de menores rendimentos fixa-se nas freguesias limítrofes, a oeste e a norte, em aglomerados onde predominam as atividades agrícolas de subsistência. Esta socio-assimetria, de tipo rural-urbano, reflete-se também nos usos linguísticos, nos quais se configura uma variedade popular, ou à “vilão”, termo que designa pessoas não pertencentes às classes sociais mais altas e que habitam as zonas mais rurais. A nível político, a insularidade tem sido reforçada por uma relação entre a ilha e Portugal continental, marcada pela “falta de atenção e condições em termos do desenvolvimento de importantes obras públicas” e que “geraram um quase permanente sentimento de orfandade e abandono” (Vieira, 2011: 16). No século XIX, com a Constituição de 1822, durante a Revolução Liberal, os arquipélagos



da Madeira e dos Açores passam a ser designados de ilhas adjacentes, de modo a ser diferenciados das colónias. Assim foi até à constituição de 1976. Passaram a designar-se Regiões Autónomas, dotadas de maior autonomia política, com governos regionais próprios. A adjacência, pretensa forma de integração, não é, no entanto, bem aceite pela elite madeirense. O conceito, do ponto de vista do legislador e do poder central, não contemplava, na prática, a especificidade insular (Vieira, 2011). Do ponto de vista da história de uma disposição coletiva para a construção da “madeirensidade”, merece destaque a referência ao povoamento e aos fluxos migratórios a que a ilha foi sujeita ao longo do tempo. Vieira (2007: 92) refere que:

A elevada mobilidade social é uma característica da sociedade insular. (...) As ilhas foram assim, num primeiro momento, pólos de atração, passando depois a atuar como áreas centrífugas. (...) A Madeira desfrutava no século XV, a exemplo das Canárias, de uma posição privilegiada perante a costa e ilhas africanas. Deste modo ela afirmou-se por muito tempo como um importante centro emigratório para os arquipélagos vizinhos ou longínquos continentes.

Descoberta em 1419 pelos navegadores portugueses ao serviço do Infante D. Henrique, o povoamento da ilha iniciou-se pouco depois. Os primeiros colonos, oriundos tanto do norte como do sul do Reino (Vieira, 2007), chegam no início do século XV. Tal como outras ilhas situadas em alto mar, mas no centro de rotas marítimas, a Ilha da Madeira nunca ficou completamente isolada. Beneficiava inicialmente das condições económicas internas oferecidas pelas culturas da cana-de-açúcar e, mais tarde, da vinha. Era um lugar/ponto de passagem obrigatório nos caminhos traçados no oceano Atlântico, situação que se manteve quase inalterada até ao século XIX. A sociedade madeirense resulta em grande medida de fluxos migratórios constantes desde o início da sua história, regulados pelos ciclos económicos. O recurso a escravos (canários ou guanches, mouros cativos do Norte de África e negros do Golfo da Guiné) para o desenvolvimento agrícola deu-se logo após a chegada dos primeiros colonos à Madeira. Estes eram em número insuficiente para satisfazer as necessidades de mão-de-obra. No fim do século

XV, ao lado das comunidades portuguesa e estrangeira, estimadas entre 15.000 e 18.000 habitantes, a população de escravos ascendia a cerca de 2 milhares, perfazendo 12% da população total (Pinto & Rodrigues, 2013), número avaliado como significativo, e que se concentravam sobretudo na cidade do Funchal ou em outros núcleos habitacionais no litoral da ilha.

A expansão do comércio de produtos diversos (como o trigo, as madeiras, o açúcar, o vinho e o bordado Madeira, etc.) atraiu também comunidades de estrangeiros de origem europeia (franceses, ingleses, espanhóis, flamengos, florentinos, genoveses, etc.). De entre estas comunidades, a britânica, presente na ilha desde o século XV, exerceu uma forte influência na vida insular, especialmente a partir do XVII. Sob a sua inteira dependência, estavam a produção e comercialização de vinhos madeirenses (Vieira, 2016). Deve-se a ela também, mais tarde, os primeiros impulsos do turismo, inicialmente de natureza terapêutica. Aos ingleses, residentes ou de passagem pela ilha, cabe ainda o desenvolvimento do conhecimento da história natural do arquipélago (Bazenga, Ribeiro & Sequeira, 2012). A lenda de Machim, uma narrativa da descoberta da ilha da Madeira, anterior à sua redescoberta pelos portugueses, sugere que o nascimento da ilha esteja simbolicamente ligado ao amor de Anne d'Arfet e de Machim, um casal inglês, e reforça a ideia de ligação mítica (Correia, 2008; Livramento, 2016), histórica e cultural desta comunidade à ilha, ideia que tem sido explorada sobretudo na literatura britânica e que poderá também explicar a forte adesão de ingleses ao arquipélago. Apesar da grande afluência de ingleses à Madeira e da sua influência na sociedade madeirense, a presença alemã na ilha, que remonta, tal como a inglesa, ao seu povoamento, no século XV, é também de assinalar. Associa-se-lhes também duas figuras lendárias: as de Henrique e André Alemão. Henrique Alemão, cavaleiro de Santa Catarina, recebeu terras em sesmaria na Ribeira da Madalena. Uma outra terra, situada entre a Madalena e o Arco da Calheta, foi doada a André Alemão (Reis Gomes, 1941). No século XIX, a permanência ou passagem de alemães na ilha relaciona-se sobretudo, para além dos negócios (comércio e turismo), com a vinda de cientistas naturalistas e médicos que mostraram grande interesse pela botânica insular (Wilhelm, 1997).

Para além da presença de comerciantes, sobretudo europeus, e de escravos vindos de África, é de registar, como já referido, o alto nível de mobilidade social dos



madeirenses. A emigração para o exterior começou cedo: a partir do século XVII, em direção aos novos espaços descobertos, em um contexto de colonização (Brasil e Estados Unidos) e, mais tarde, no século XX, para diferentes países europeus e para as colônias portuguesas em África, a África do Sul e a Venezuela. Este contacto diversificado do ponto de vista étnico, linguístico e cultural com o outro no espaço insular, ou para além deste espaço, através das ondas de emigração a que se seguiram alguns retornos à ilha, tem contribuído grandemente para a formação de uma sociedade insular “misturada”, em contraste com as que apresentam características mais homogêneas, relacionadas com a presença de raízes indígenas que perduram durante séculos (Taglioni, 2006). Embora em Portugal continental tenha havido comunidades de escravos, sobretudo africanos, em Lisboa, capital do reino, e em localidades do litoral (como em Lagos, no Algarve), é provável que o impacto gerado pela presença deste tipo de comunidade tenha sido maior num centro urbano menor, mas mais compacto e denso, como a cidade do Funchal, de estrutura social distinta, nomeadamente quanto ao pequeno número de “homens bons” que formavam a elite da ilha (Gonçalves, 1958).

2. VARIEDADE MADEIRENSE DO PE, CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA E USOS INDICIAIS DE “MADEIRENSIDADE”

A situação linguística da Madeira pode ser sumariamente descrita como um espaço no qual se fala um conjunto de variedades do Português Europeu (PE), com características próprias, em descontinuidade (Riehl, 2010) com variedades faladas do Português na metrópole ou Portugal continental. Os falantes madeirenses têm consciência desta situação, emitem juízos de valor sobre a diversidade linguística e expressam atitudes em relação a esta realidade como em “dentro do Funchal [...] dentro da Madeira há vários sotaques [...] eu acho que **hoje em dia existe menos por causa da comunicação social uma certa ditadura da duma só forma de falar** (FNC-AH3.1 346-8)” e “a minha mãe **dizia-me que devia falar com um sotaque mais continental** (FNC_MC3.1- 247)”, e ainda em “há aqueles madeirenses que não tendo muita personalidade mas eh que muitas vezes oriundos às vezes de regiões mais afastadas do Funchal que tendo eh sentindo isso como handicap **tentam falar à continental** e isso **acho uma coisa bastante ridícula** (FNC_CH3.1-497-501)”. A sua diferença é também reconhecida pelos falantes portugueses do continente,

como atestam os três estudos atitudinais e perceptivos sobre a diversidade dialetal do PE (Cabeleira, 2006; Haddar, 2008; Ferreira, 2009). Nestes trabalhos, e no que se refere ao atributo “inteligibilidade”, o Português falado nas ilhas portuguesas, mais nos Açores do que na Madeira, é avaliado como menos inteligível, quando comparado com outras variedades do PE continental. Um estudo similar (Andrade, 2014; Bazenga, Andrade & Almeida, 2014), mas realizado junto de uma amostra de 126 informantes madeirenses, revela uma tendência para avaliar positivamente, em termos de prestígio, a variedade do Português falado na Madeira, imediatamente a seguir à variedade padrão (de Lisboa). Parece desenhar-se, assim, nos madeirenses uma representação de dupla filiação linguística: portuguesa, em primeiro lugar, seguida da madeirense, simbolizada por uma variedade falada distinta, também ela considerada de prestígio, um centro (regional/insular), quase em paralelo, com o centro do todo nacional – Lisboa, a capital – a variedade de prestígio legitimado. A atitude positiva manifestada pelos madeirenses em relação à sua variedade falada poderia ser entendida a partir do conceito de prestígio encoberto (*covert*), introduzido por Labov e também desenvolvido por Trudgill (1972), e que procura explicar o uso de formas linguísticas não-padrão por parte de alguns grupos de uma comunidade de fala (os homens mais do que as mulheres, em particular). Estes usos constituem um padrão de prestígio implícito dentro da comunidade, com um valor simbólico de solidariedade para com o grupo, em contraste com os valores de autoridade (clareza, elegância, pureza, competência) que caracterizam o prestígio legítimo. O mesmo conceito reflete o facto de que algumas comunidades periféricas terem surgido como novos centros normativos, o que transformou línguas como o Português e o Francês e outras línguas europeias em línguas pluricêntricas (Baxter, 1992).

Os padrões de usos linguísticos do PE madeirense, marcadamente híbridos, apresentam contornos originais, numa mistura singular de traços atestados tanto nos dialetos setentrionais como nos dialetos centro-meridionais, outros conservadores, que remontam ao Português arcaico, e ainda outros inovadores, não atestados em outras variedades da língua portuguesa. Alguns destes traços –, fonéticos, lexicais e sintáticos – que contribuem para a sua individualização e que constituem formas potencialmente identitárias, são apresentados a seguir.

LÉXICO

Para além das particularidades fonéticas, alguns dos traços da sociedade madeirense – *insularidade e hibridismo* – podem ser também observados nos usos lexicais dos madeirenses, que apresentam ora traços conservadores (estruturas arcaicas que já não integram a variedade padrão do Português), ora inovadores, cuja estrutura se apresenta marcadamente híbrida, nomeadamente em alguns estrangeirismos e neologismos. Ao nível lexical, a presença das várias comunidades no espaço insular fica assinalada através de **topónimos**: “Fajã do Alemão, hoje designada, por corruptela Fajã do Limão [Ponta do Sol]” (Veríssimo, 2012: 16), no que se refere à presença alemã, e à de escravos negros, como em “Rua das Pretas” e “Caminho dos Pretos” (Funchal), ou de origem árabe, como em “Rua da Mouraria” (Funchal), “Fajã da Moura” (Serra de Água) e “Cova do Mouro” (Monte) (Rebello & Nunes, 2016). Os patrónimos de figuras de prestígio de nacionalidade estrangeira foram também celebrados através do seu uso na toponímia regional. É o caso em “Largo do Phelps”, que se refere a um comerciante inglês José Phelps que esteve na Madeira nos fins do século XVIII, “Rua do Esmeraldo”, a um fidalgo flamengo a residir na Madeira no final do século XV, proprietário de várias terras de sesmaria, e da Quinta da Lombada da Ponta de Sol. Assim, também a “Rua Bettencourt”, de João de Bettencourt, escudeiro francês, anteriormente chamada “Rua Acciaiuoli”, de Simão Acciaiuoli, filho de Zanóbio Acciaiuoli, aristocrata de Florença (Correia, 2011: 50).

Do legado da presença britânica, há a registar vários produtos linguísticos, tais como o recurso a **etnónimos**, ou nomes étnicos ou de nacionalidades, em alcunhas, e nomes de lugares “Igreja **Inglesa**”, “Cemitério dos **Ingleses**”, ou nomes de estabelecimentos comerciais, como em “Botica **Inglesa**”. Contempla, igualmente, nas descrições taxonómicas ou *taxas*, ou nomes de plantas endógenas da ilha da Madeira (Bazenga, Ribeiro & Sequeira, 2012), referências onomásticas a naturalistas britânicos de que se dão alguns exemplos: nomes de espécies como em, mas não só, *Limonium lowei* R. Jardim, M. Seq., Capelo, J.C. Costa & Rivas Mart., *Monanthes lowei* (A. Paiva) P. Pérez & Acebes, *Lotus loweanus* Webb & Berthel., *Peucedanum lowei* (Coss.) Menezes, *Scrophularia lowei* Dalgaard, *Phagnalon lowei* DC., *Koeleria loweana* Quintanar, Catalán & Castrov., todas dedicadas a Rev. Thomas Lowe (1802-1874), naturalista

britânico que viveu alguns anos na ilha da Madeira. Nos **estrangeirismos** ou **empréstimos**, termos importados de outras línguas, geralmente para satisfazerem necessidades denominativas e comunicativas, que podem ou não sofrer adaptações para se adequarem às características fonéticas e morfológicas da língua de acolhimento, incluem-se palavras como “tratuário”, do Francês *trottoir*, que designa parte da rua onde andam os peões, ou seja, o passeio, ou “trotatório”. Estas duas variantes, ambas reconhecidas como hibridismos (bases derivacionais *tratu-* / *troto-*, reconhecendo-se neste último o radical com um fragmento do sufixo francês (**trotto-* de *trott+oir*), seguido do sufixo português *-ário*), revelam diferentes opções de adaptação à língua portuguesa (Bazenga, 2015: 116). Um dos estrangeirismos de uso frequente e generalizado no arquipélago é a palavra “semilha” (“batata”), do Espanhol *semilla* (“semente”) (Rebelo & Nunes, 2016). Dentro dos regionalismos madeirenses, algumas palavras novas têm sido criadas, motivadas por “novas realidades extralinguísticas, etnográficas, sociais e culturais que não existem noutros territórios” (Rebelo & Nunes, 2016). Muitos destes **neologismos** são denominações de comidas, bebidas e tradições populares: “chino” (“café preto servido em chávena grande”) e “chinesa” (“café preto servido em chávena grande mas com leite”); “bilhardar”, “bilhardeira”, “bilhardice” (“coscuvilhar”, “coscuvilheira”, “coscuvilhice”), “dentinho” (aperitivo para beber, petisco com que se abre o apetite para o vinho ou para a aguardente); “desterrar” (“estragar, prejudicar”); “joeira” (“papagaio de papel”), “baile” ou “bailinho” (“grupo folclórico”, “folclore tradicional e popular”, tipo de música que é dançado e a atuação de um grupo folclórico); “bolo do caco” (pão de trigo madeirense, de forma redonda e achatada, cozido numa pedra ou num caco de ferro); “braguinha”, “brinquinho” “rajão” (instrumentos musicais típicos da Madeira); “tim-tam-tum” (licor feito de vinho, chá preto, frutos secos, baunilha, passas e canela, preparado para o Natal).

Muitos destes termos constituem variantes lexicais regionais e estão geralmente associadas a variedades rurais e/ou urbanas, pouco escolarizadas ou analfabetas. No entanto, um estudo recente (Nunes, 2014), onde se procurou observar a vitalidade do conhecimento e uso de regionalismos no Funchal, aponta para valores de uso muito frequente de alguns dos 50 regionalismos selecionados, nomeadamente *baboseira*, *bilhardeiro/a*, *desterrar*, *lapinha*, *patinhar*, *rebendita*,

resondar, trapiche, vaginha. Independentemente da idade, género e nível de escolaridade dos falantes urbanos, este estudo indicia uma tendência para “manter e valorizar o património lexical madeirense (...) como forma de fortalecer a cultura e identidade regionais, ou seja a ‘regionalidade’ ou ‘madeirensidade’ (Nunes, 2014: 367), e de fazer prevalecer a lealdade linguística para com a comunidade insular, ultrapassando, assim, o preconceito linguístico associado a estas formas de origem popular.

FONÉTICA

Para além das particularidades lexicais, o Português falado na Madeira é marcado por uma grande diversidade interna no que diz respeito a traços fonéticos. Das características fonéticas mais apontadas (Lindley Cintra, 1990; Cruz & Saramago, 1999, Segura, 2013, entre outros) destacam-se, por exemplo, **(i)** as **ditongações** das vogais “i” e “u” tónicos (*navio* > *naveie*; *lua* > *laua*), de “o” em palavras como *boa* (*baua*), ou ainda *caminhou*, *avô* (*caminhua*, *avua*) e de “a”, precedido de “k” ou “g” (*carro* > *cuarre*; *gato* > *guate*); **(ii)** a **palatalização** de “l” antes de “i” ou “j” (*aquilo* > *aquilho*) (Andrade, 1990); **(iii)** a **redução de “a”** átono em posição final de palavra ou a sua elisão e que afeta todas as palavras, independentemente da sua classe lexical (*cinco* > *cinque*, *falo* > *fale*); **(iv)** a **assimilação da fricativa final “s”** em contexto de sândi externo seguido de fricativas, resultando em realizações “i” ou “j” (*as vacas* > *‘ai’ vacas*). Para além destes traços, há a assinalar as monotongações do ditongo “oi” (*depois* > *depos*) e “ai” (*mais* > *mas*), apontados por Boléo (1975: 338). Cintra considera que as variedades dialetais da Madeira e dos Açores devem integrar um grupo dialetal à parte, pois:

Misturam-se neles características próprias de ambos os grupos [grupos dos dialectos setentrionais e centro-meridionais do continente], o que obriga a situá-los num grupo à parte – “insular”. Dentro desse grupo, os dialectos madeirenses isolam-se dos restantes devido à existência, que procurei rapidamente apresentar, de fenómenos raros, ausentes dos dialectos das outras ilhas, do continente e por vezes até – podemos acrescentar – do resto daquilo a que chamamos România. (Cintra, 2008: 103).

SINTAXE

No âmbito da sintaxe, as variedades do Português falado na Madeira exibem também alguns traços que não integram ou não são frequentes na variedade padrão. Para além da variante com gerúndio em construções aspetuais com o verbo estar (“toda a gente **estava desejando** [padrão continental central: estava a desejar] de chegar ao Natal, que era para comer massa e arroz e um bocadinho de carne” (CORDIAL-SIN_PST10) (Carrilho & Pereira, 2011: 130), merecem destaque, por terem sido objeto de estudo mais desenvolvido, as seguintes: (i) **variante com um possessivo pré-nominal sem artigo**, com um “um padrão de distribuição geográfica predominante na área insular, em especial no arquipélago da Madeira” como em “Ah, **meus filhos** já vieram daí para cá (CORDIAL-SIN_CLC)” (Carrilho & Pereira, 2011: 132) ou ainda “tava eu **tua avó e teu avô** [padrão: a tua avó e o teu avô] tava-se ali sentades (FNC11_MC1.1 159-60)” (Bazenga & Andrade, 2017); (ii) **nas construções existenciais, o uso da variante com o verbo *ter***, em vez da variante padrão com *haver*, como em “Mas **tinha** [padrão: havia] muitos moinhos por aqui fora. (CLH03)” (CORDIAL-SIN, PST, 129) (Carrilho & Pereira, 2011), “mas “nunca tive oportunidade só_só italiano lá em baixo no centro onde **tem** [padrão: há] um italiano espetacular. (FNC11_HA1)”, “porque no continente tem as discotecas onde vai toda a gente e **tem** [padrão: há] as discotecas que são escondidas só vai quem quiser (FNC11_HA2)” (Bazenga & Andrade, 2017). Esta construção, que constitui “uma das marcas que caracteriza o Português do Brasil” (Leite & Callou, 2003: 101), está também presente em variedades continentais do PE, sendo, no entanto, mais frequente na variedade popular falada no Funchal, i.e., em falantes pouco escolarizados (sobretudo do sexo masculino e jovens) e que, por esse motivo, têm menor contacto com a variedade padrão veiculada pela escola. A variante com **ter** com valor existencial estava presente na língua portuguesa nos sécs. XV e XVI, em concorrência com a variante com **haver**, primeiro com valor de posse, mas também com valor existencial. No séc. XVI, o uso de **ter de posse** (86 %) suplanta o de **haver**, que começa também a ser mais usado em construções impessoais com valor existencial. Nas variedades do PE continental, observa-se uma fixação nos usos destes dois verbos: o verbo *ter* em construções de posse e o verbo *haver* em construções existenciais impessoais, o que não ocorre de modo categórico na gramática de alguns falantes madeirenses, que

mantêm o uso conservador da variante *ter* existencial (Bazenga & Andrade, 2017); (iii) **nas construções pronominais**, o uso das variantes com *ele* e *lhe* em função objeto direto (OD), como em “depois o marido deixou **ela** [padrão: deixou-**a**] e ficou na quinta” (FNC11_MC1.1 453) e “levo-**lhe** [padrão: levo-**o**] à escola” (FNC11_MA1 006). O uso da variante com **ele** é mais frequente em falantes mais idosos, ao contrário da variante com **-lhe**, mais utilizada pelos jovens, embora quer num caso quer no outro se trate de falantes pouco escolarizados (Bazenga & Andrade, 2017); (iv) **no âmbito da concordância verbal de terceira pessoa do plural (PN6)**, as variantes atestadas não-padrão (Vieira & Bazenga, 2013, 2015; Bazenga, 2015), tais como: ditongo nasal **-EM**, com uma distribuição distinta da que ocorre na morfologia verbal-padrão (**falem**, em vez do padrão *falam*), como em “eles me **chamavam** [padrão: *chamavam*] madeirense de segunda (FNC10_CM2)”, “as casas **caírem** [padrão: *caíram*] (FNC10_CM1)”; vogal oral (comero) ou nasal (comeró) ou variantes **-U**, também observadas por Gonçalves (1957), como em “quando os meus pais **moravo** [padrão: *moravam*] na casa (FNC11_MB1.2)”; vogal oral, resultante da não realização do traço de nasalidade, isomorfa de PN3 (**fala**, em vez de *falam*), como em “as mercearias na altura **fechava** [padrão: *fechavam*] às onze. (FNC10_BM1)” e ainda em “enquanto elas **fosse** pequenas (FNC10_BM1)”, observada, ainda que de forma pouco produtiva, nas variedades do PE continental e normalmente analisada como não contendo a marca de número exigida pelo contexto de concordância verbal de PN6 e cuja produção parece estar motivada por fenómenos de fonética sintática. Neste domínio, a variedade falada no Funchal distingue-se das variedades urbanas do PE por apresentar um conjunto de padrões de variantes flexionais de terceira pessoa do plural mais rico, comparável com os dados de variedades rurais ou semiurbanas (Mota & Vieira, 2008; Mota, 2013) ou da variedade de Braga, estudada em Rodrigues (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A variedade madeirense do PE, avaliada positivamente pelos madeirenses e reconhecida como distinta pelos falantes continentais, constitui um atributo da sua “madeirensidade”. No plano da língua, o hibridismo das variedades do Português falado na região, um espaço geográfico-social polarizado, com traços conservadores e inovadores, reflete as características do binómio insularidade /

abertura: o isolamento condiciona um tipo arcaico de vida e, consequentemente, uma linguagem mais conservadora” (Silva Neto, 1976: 186); já o contacto com o outro, linguístico e cultural, é responsável pela inovação e a mudança. Embora as formas não marcadas (aquelas que correspondem à variedade padrão de uma língua) manifestem uma tendência a sobreviverem à custa das formas marcadas por uma maior saliência percetual (Kerswill & Williams, 2002), esta tendência pode estar em risco, sob a influência de estereótipos sociais e regionais. É o que parece acontecer com as variantes fonéticas, lexicais e sintáticas não-padrão referidas neste trabalho, que tendem a se manterem nos usos linguísticos insulares, em detrimento do nivelamento linguístico desejado pela elite madeirense, desde o início do século XX. Funcionam como “indício” ou indicador de um sentimento de pertença a um território. No conjunto de comunidades de fala insulares, a mudança linguística poderia, assim, ser mais lenta, observando-se uma tendência a preservar as formas fortes e identitárias (Milroy & Milroy, 1985). Esta tendência pode ser reforçada por uma estrutura social hierárquica, em que os membros da classe popular, mais densa e mais coesa do que a classe média ou superior (Milroy, 1987), procuram manter os traços linguísticos mais distintivos, contribuindo para a matriz identitária do todo regional. Por outro lado, Bortoni-Ricardo (2011) considera que as redes sociais que possuem um limite territorial demarcado e restrito à família e a vizinhos são consideradas isoladas – e densas, na perspetiva de Milroy (1980) - o que ocorre sobretudo nas áreas rurais, contrariamente àquelas em que as pessoas se relacionam em variados contextos sociais, que tendem a ser maiores e mais heterogêneas e sem um limite territorial definido. As redes isoladas têm o potencial de favorecer o conservadorismo linguístico e, “diante do alto grau de densidade que exhibe, a própria configuração dos grupos funciona como um mecanismo de resistência à mudança.” (Ribeiro & Lacerda, 2013: 94). Ora, não só o Funchal, a capital da ilha, apresenta uma periferia com traços de ruralidade, como a ilha, no seu todo, foi até meados do século passado marcadamente rural. A ruralidade, para além da insularidade, terá sido talvez outro fator determinante na preservação de formas linguísticas, que noutros espaços do território português terão evoluído para outras formas distintas.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Ernesto, 1994, “Algumas Particularidades do Português Falado no Funchal” in *Actas do IX Encontro Nacional da APL*, Lisboa, Colibri, 1994, pp. 17-30 in <http://www.apl.org.pt/docs/actas-09-encontro-apl-1993.pdf> (consultado em 21 de abril de 2017)
- Baxter, Alain N., 1992, “Portuguese as Pluricentric Language” in Michael Clyne (ed.), *Pluricentric Languages: differing norms in different countries*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, pp. 11-43.
- Bazenga, Aline & Andrade, Catarina, 2017, “Sintaxe”, Projeto Aprender Madeira. APCA/CLEPUL in <http://aprendermadeira.net/sintaxe/> (consultado em 21 de abril de 2017).
- Bazenga, Aline, 2015, “Tratuário”, in Ana Salgueiro & Paulo Miguel Rodrigues (coord. e org.), *Cabral do Nascimento. Escrever o mundo por detrás de um monóculo e a partir de um farol*, Funchal, Imprensa Académica/CIERL-UMa, pp.116-118.
- Bazenga, Aline, Andrade, Catarina, & Almeida, António, 2014, “Madeira variety in Spoken European Portuguese: Perceptions of prestige and sociolinguistic awareness”, Comunicação apresentada no *Third International Conference on Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages*, University of Surrey.
- Boléo, Manuel de P., 1975, *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. 2. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Bonnemaison, Jean, 1990, “Vivre dans l’île [Une approche de l’îléité océanienne]”, *Espace géographique*, 19-20 (2), pp. 119-125.
- Bortoni-Ricardo, Stella Maris, 2011, *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*, São Paulo, Parábola.
- Bourdieu, Pierre, 1980, “L’identité et la représentation. Éléments pour une réflexion critique sur l’idée de région”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 35, pp. 63-72.
- Bourdieu, Pierre, 1982, *Ce que Parler Veut Dire*, Paris, Fayard.
- Bourdieu, Pierre, 1986, “Habitus, Code et Codification”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 64, pp. 40-44.
- Cabeleira, Susana, 2006, “Atitudes e preconceitos linguísticos face a variedades dialectais”, in *Actas do XXI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, pp. 245-260.
- Carrilho, Ernestina & Pereira, Sandra, 2011, “Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em Português europeu”, in *Textos seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, CD-ROM, Lisboa, APL.
- Charaudeau, Patrick, 2009, “Identité linguistique, identité culturelle: une relation paradoxale” in <http://www.patrick-charaudeau.com/Identite-linguistique-identite.html> (consultado em 21 de abril de 2017).
- Cintra, Luis F. Lindley, 1990, “Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos Dialectos Galego-Portugueses”, in José Eduardo Franco (Coord.), 2008, *Cultura Madeirense. Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras, pp. 95-104.
- Correia, João D. P., 2008, “O descobrimento da Madeira em textos de poetas “insulares” (principalmente na *Insulana*, de Manuel Tomás, e na *Zargueida*, de

- Francisco de Paula Medina e Vasconcelos), in José Eduardo Franco (Coord.), 2008, *Cultura Madeirense. Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras, pp. 115-138.
- Correia, João D. P., 2014, “Cultura ‘madeirense’: Implicações de um conceito (sistematização – roteiro para estudo)”, in José Eduardo Franco e Cristina Trindade (coords.), *Que saber(es) para o século XXI? História, Cultura e Ciência na Madeira*. Lisboa, APCA/ Esfera do Caos, pp. 297-339.
- Coupland, Nikolas, 2010, “Other representation”, in J. Verschueren, J-O. Ostman & J. Jaspers (eds), *Society and Language Use, Handbook of Pragmatics Highlights 7*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 241-259.
- Cruz, Maria Luísa S. da & Saramago, João, 1999, “Açores e Madeira: autonomia e coesão dialectais”, in Isabel Hub Faria (org), Lindley Cintra. *Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Edição Cosmos/Faculdade de Letras, pp. 706-738.
- Ferreira, Carla Sofia, 2009, “Percepções dialectais e atitudes linguísticas. O método da Dialectologia perceptual e as suas potencialidades”, in Textos Seleccionados. *XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, pp. 251-263.
- Franco, José Eduardo (Coord.), 2008, *Cultura Madeirense. Temas e Problemas*, Porto, Campo das Letras.
- Franco, José Eduardo, 2009, “Nacionalidade e Regionalidade: processos de mitificação e estruturação identitária (O caso da nacionalidade portuguesa e da regionalidade na Madeira)”, *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº 1, pp. 73-80.
- Frutuoso, Gaspar, (1522-1591) [1998], *Saudades da terra, livro II*. Nova ed. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Gombaud, Stéphane, 2007, *Iles, insularité et îléité Le relativisme dans l'étude des espaces archipélagiques*, Thèse de doctorat en Géographie sous la direction de Jean-Louis Guebourg, l'Université de la Réunion, França.
- Gomes, João dos R., 1941, *O cavaleiro de Santa Catarina*, Academia das Ciências de Lisboa, in https://www.academia.edu/8964337/O_Cavaleiro_de_Santa_Catarina_por_Major_Reis_Gomes_1941 (consultado em 21 de abril de 2017).
- Gonçalves, Ernesto, 1957, “Apontamentos. 1 – Algo sobre o falar madeirense”, *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 26, pp. 47-48.
- Gonçalves, Ernesto, 1958, “Os «Homens Bons» do Concelho do Funchal em 1471”, *Das Artes e da História da Madeira*, 5. 28, 1-8, pp. 76-82.
- Haddar, Sarah G. M., 2008, *Percepções, estereótipos e atitudes linguísticas albicastrenses: um estudo de dialectologia perceptual*, Dissertação de Mestrado em Linguística e Ensino (Linguística Aplicada), sob orientação de Clarinda Maia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Johnstone, Barbara, 2010, “Locating Language in Identity”, in Carmen Llamas & Dominic Watt (eds), *Languages and Identities*, Edinburgh, Edinburgh University Press, pp. 29-38.
- Kerswill, Paul & Williams, Ann, 2002, “‘Salience’ as an explanatory factor in language change: evidence from dialect levelling in urban England”, in Mari C. Jones & Edith Esch (eds.), *Language change. The interplay of internal, external and*

- extra-linguistic factors*, Berlin, Mouton de Gruyter, pp. 81-110.
- Labov, William, 1972, *Sociolinguistic Patterns*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Leite, Yonne & Callou, Dinah, 2002, *Como falam os brasileiros*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Livramento, M., 2016, “Lendas e Mitos fundadores”, Projeto Aprender Madeira, in <http://aprendermadeira.net/lendas-e-mitos-fundadores/> (consultado em 21 de abril de 2017).
- Mauro, Frédéric (1989), “Madère de 1425 à 1925: éléments pour une histoire comparée des îles atlantiques” in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Governo Regional da Madeira, SRTCE/DRAC, pp. 403-427.
- Milroy, James & Lesley Milroy, 1985, *Authority in language: Investigating language prescription and standardisation*, London, Routledge & Kegan Paul.
- Milroy, Lesley, 1987, *Language and social networks*, 2ª ed, Oxford, Blackwell.
- Mota, Maria Antónia C. & Vieira, Silvia R., 2008, “Contrastando variedades do Português brasileiro e europeu: padrões de concordância sujeito-verbo”, in C. A. Gonçalves & M. L. L. Almeida, (orgs.), *Língua portuguesa: identidade, difusão e variabilidade*, Rio de Janeiro, AILP/UFRJ, pp. 111-137.
- Mota, Maria Antónia C., 2013, “Variant patterns of Subject-Verb agreement in Portuguese: morphological and phonological issues”, *Journal of Portuguese Linguistics*, 12.2, pp. 211-235.
- Nemésio, Vitorino, 1932, “Açorianidade”, *Insula*, Número Especial Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, nº 7-8 (Julho-Agosto), Ponta Delgada, p. 59
- Nunes, Naidea, 2014, “Variação social e vitalidade de alguns regionalismos madeirenses no Português falado na cidade do Funchal”, *Confluência*, Rio de Janeiro, nº 46, pp. 335-370.
- Paasi, Anssi, 2011, “The region, identity, and power”, *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 14, pp. 9–16.
- Pinto, Maria Luís R. & Rodrigues, Teresa F., 2013, “O povoamento das ilhas da Madeira e do Porto Santo nos séculos XV e XVI” in Carlota Santos & Paulo Teodoro de Matos, *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 15-54.
- Rebelo, Helena & Nunes, Naidea, 2016, “Regionalismos Madeirenses”, Projeto Aprender Madeira, APCA/CLEPUL, in <http://aprendermadeira.net/regionalismos-madeirenses/> (consultado em 21 de abril de 2017).
- Ribeiro, Patrícia, & Lacerda, Patrícia, 2013, “Variação, Mudança e não mudança linguística: ressignificando o conservadorismo linguístico no Português do Brasil”, *Revista Linguística*, vol 9, número 2, pp. 91-105.
- Riehl, Claudia M., 2010, “Discontinuous Language Spaces” in Peter Auer & Jürgen Erich Jürgen (eds), *Language and Space. An International Handbook of Linguistic Variation*, vol.1 Theories and Methods, Berlin / New York, Mouton de Gruyter, pp. 332-354.
- Rodrigues, Celeste, 2012, “Variantes não-standard e tipo de discurso: (des)encontro de resultados”, in *Nada na linguagem lhe é estranho. Estudos em homenagem a Isabel*

- Faria, Porto, Edições Afrontamento, pp. 215-228.
- Rodrigues, Paulo M., 2010, “Da Insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da Madeireinsidade (1910-1926)”, *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº2, pp. 210-228.
- Santos, Boaventura S., 1993, “Modernidade, identidade e a cultura de fronteira”, *Tempo Social, Revista de Sociologia*, 5 (1-2), pp. 31-52.
- Santos, Thierry, 2009, “Madeira: reflexões à margem do sistema cultural Português”, *Veredas*, vol.12, pp. 27-42.
- Segura, Maria Luísa, 2013, “Dialectos Insulares” in Eduardo. B. Paiva Raposo *et alii* (org.), *Gramática do Português*, vol.1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 106-110.
- Silva Neto, Serafim, 1976, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Presença Edições.
- Silva, António Marques da, 2008, *Passaram pela Madeira*, Funchal, Empresa Municipal Funchal 500 Anos.
- Silva, Fernando A, da, & Menezes, Carlos A., 1978, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Funchal, SREC.
- Taglioni, François, 2006, “Les petits espaces insulaires face à la variabilité de leur insularité et de leur statut politique”, *Annales de géographie*, nº 652, pp. 24-47.
- Trindade, Cristina (no prelo), 2015, “A visão do Outro na construção da identidade madeirense”, in *Atas do Congresso Internacional “Cultura(s) em Negativo”*, Universidade do Minho, Braga, 1-3 de Outubro de 2015.
- Trudgill, Peter, 1972, “Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich”, *Language in Society*, 1(2), pp. 179-195.
- Vézina, Valérie, 2016, *L'île : le facteur insulaire dans l'étude des nationalismes : étude comparative entre Terre-Neuve et Puerto Rico*, Dissertação de Doutoramento, Montréal (Québec, Canada), Université du Québec à Montréal, Doctorat en science politique.
- Vieira, Alberto, 1996, “Na Madeira escravos com ou sem açúcar”, in <http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/hm-esc-4-canas.pdf> (consultado em 21 de abril de 2017).
- Vieira, Alberto, 2007, “A emigração portuguesa nos Descobrimentos: do Litoral às ilhas”, *Portuguese Studies Review*, 15. 1-2, pp. 63-101.
- Vieira, Alberto, 2011, “Madeira e a Metrópole. Uma história de contrastes”, *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, nº 3, pp. 13-28.
- Vieira, Alberto, 2016, “Estrangeiros”, Projeto Aprender Madeira, APCA/CLEPUL, in <http://aprendermadeira.net/estrangeiros/> (consultado em 21 de abril de 2017).
- Vieira, Sílvia R. & Bazenga, Aline, 2013, “Patterns of Third Person Plural Verbal Agreement”, *Journal of Portuguese Linguistics*, 12.2, pp. 7-50.
- Wilhelm, Eberherd Axel, 1997, *Visitantes e escritos germânicos da Madeira: 1815-1915*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.